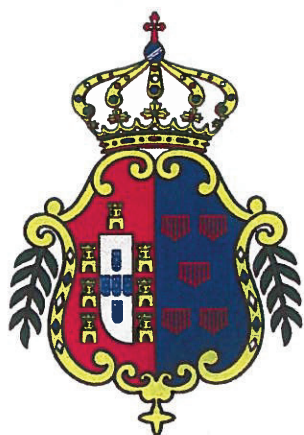




SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA
2016



CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**
Dra. Maria Alice de Jesus Lima – **Vice-Presidente**
Dr. Celestino Alves Vieira - **Secretário**
Maria Filomena Leite S. M. Galante - **Secretário**
Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**
Arq. José António Vidal Afonso Barbosa – **Substituto**
Dr. Carlos Manuel de S. de Lima Fernandes – **Substituto**
Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo - **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**
Dr. Augusto Pinto de Carvalho - **Vice-Provedor**
Dra. Elvira Maria Cordeiro Augusto Patrício – **Tesoureira**
Armando Fernandes Mesquita - **Mesário**
Dra. Maria do Rosário M. B. Marques Lóio - **Mesário**
Alberto Pereira Morgado - **Mesário**
Dra. Clarisse do Céu Sousa - **Mesária**
Dra. Maria da Conceição L. Azevedo D'Ara - **Substituta**
Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Substituto**
Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto - **Substituto**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**
Dr. José Carlos Pereira Monteiro – **Vice- Presidente**
Prof. António Azevedo Cunha e Silva - **Secretário**
Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Substituta**
Dra. Helena Cristina Sousa Pinto - **Substituta**
Manuel da Costa Lima - **Substituto**

I – NOTA INTRODUTÓRIA

A gestão do exercício de 2016 é da responsabilidade dos Órgãos Sociais anteriores, muito embora seja esta Mesa Administrativa que tem que efetuar a sua apresentação em Assembleia-Geral.

Esta conta de gerência devia ter sido apresentada, discutida e votada até 31 de março de 2017.

O atraso deve-se à necessidade desta Mesa Administrativa efetuar o levantamento de todos os assuntos, designadamente o pagamento dos retroativos e a constituição de provisões para as ações judiciais pendentes.

A receita global importou em 2.768.730,56€ e registou-se uma despesa de 3.042.445,24€, do que resultou um saldo negativo de 273.714,68€.

É de ter em atenção que este resultado se deve essencialmente à contabilização do reforço das provisões de 316.999,15€.

II – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Findo o ano de 2016, que coincidiu com o final do mandato dos Corpos Sociais no triénio 2014/2016, há que agradecer a confiança demonstrada pelos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos e ainda agradecer ao Sr. Provedor cessante, aos restantes da Mesa Administrativa e aos membros da Assembleia-Geral e Definitório, todo o trabalho desenvolvido em prol da Misericórdia.

No ano de 2016 executaram-se algumas obras para conservação do Património, designadamente com a colocação de uma caldeira nova no Centro Infantil de Matosinhos, cujo custo atingiu cerca de 25.000,00€. Houve também um aumento significativo da massa salarial, com grande peso nas contas finais.

Quanto às várias valências, há que, de uma forma resumida, dizer:

Creches e jardins de infância – é notória a diminuição de crianças de 4 e 5 anos na medida em que a rede pública cobre atualmente esta parte do pré-escolar. Foram introduzidas algumas melhorias.

Há ainda muito a fazer, designadamente, no Jardim de Infância, Creche “O Paraíso”, onde poderemos vir a ter mais três salas de creche, estando a ser tomadas medidas para que tal seja possível.

Centro de Dia – este centro foi também objeto de alguns melhoramentos, mas há que pensar que no futuro terá que se conseguir novas instalações que tragam comodidade aos utentes.

Internato N.º. Sr.ª Conceição – continua a ser a obra mais relevante da nossa Misericórdia. A curto prazo há que efetuar a construção de uma cozinha para os utentes, bem como atualizar o quadro do pessoal, situações que terão que ser resolvidas ao longo do próximo ano, por imposição da Segurança Social.

Casa Mortuária – a ocupação desta casa diminuiu de forma significativa com a entrada em funcionamento das capelas mortuárias do Cemitério de Sendim. Durante o ano de 2016 a receita foi de 3.300,00€, estando previsto para 2017 uma receita de apenas 1.500,00€.

A nossa casa mortuária teve grande importância na nossa cidade, mas atualmente há que ponderar seriamente a hipótese do seu encerramento, vindo a aproveitar as instalações para outro fim.

Museu – em 2016 procedeu-se à contratação de uma técnica superior para dirigir o museu e foi sendo feito o levantamento e catalogação das várias peças, trabalho que continuará a ser feito nos próximos anos.

O Museu esteve aberto durante as festas do Senhor de Matosinhos e foi visitado por vários grupos que marcaram previamente.

Daí que se proponha que a Assembleia-Geral aprove o ponto relativo à conta de gerência.

III – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016, negativo, no valor de 273.714,68 (duzentos e setenta e três mil, setecentos e quatorze euros e sessenta e oito cêntimos), seja feita através da Conta de Resultados Transitados.

Matosinhos, 11 de julho de 2017

O Provedor

Luís Manuel Figueiredo Branco

ÍNDICE MAPAS DE CONTAS DE 2016

1 – Balanço em 31 de Dezembro de 2016

2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2016

3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

4 – Fluxos de caixa

5 – Demonstração das variações dos fundos circulantes e origem e aplicação de fundos

6 – Anexo às demonstrações financeiras

7 – Resultados por centros de custo

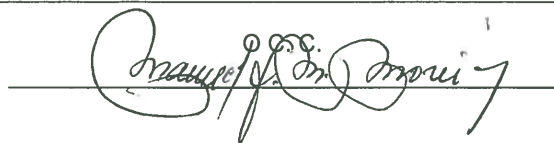
8 – Certificação Legal das Contas

9 – Parecer do Definitório

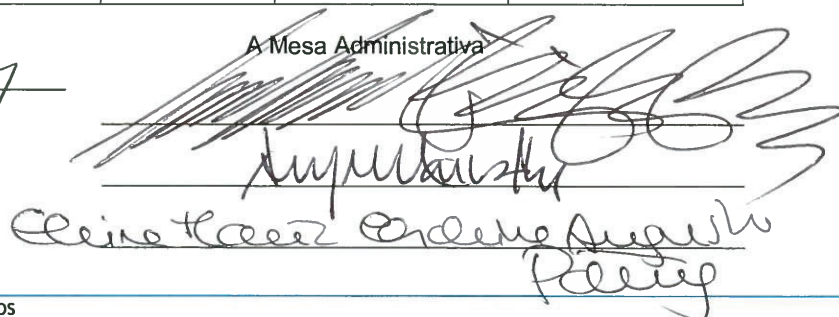
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos

Balança em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rúbricas	Notas	A N O S	
		2016	2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2.805.868,98	2.856.991,88
Investimentos financeiros		6.373,11	8.080,93
Outros ativos financeiros		1.053,78	773,07
		2.813.295,87	2.865.845,88
Ativo corrente			
Inventários	8	24.241,73	24.629,51
Clientes	13	154.425,12	214.086,46
Outras contas a receber	13	166.921,25	162.668,22
Estado e outros entes públicos		16,88	0,00
Diferimentos	13	10.182,57	3.984,17
Caixa e depósitos bancários	4	541.773,62	487.981,52
		897.561,17	893.349,88
Total do Ativo		3.710.857,04	3.759.195,76
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57.379,22	57.379,22
Reservas		275.475,52	275.475,52
Resultados transitados		2.298.477,61	1.781.047,11
		2.631.332,35	2.113.901,85
Resultado líquido do período		-273.714,68	517.430,50
		-273.714,68	517.430,50
Total dos Fundos Patrimoniais		2.357.617,67	2.631.332,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	84.625,00	24.800,00
Financiamentos obtidos	15	460.596,23	569.796,45
		545.221,23	594.596,45
Passivo corrente			
Fornecedores	13	82.418,78	73.478,19
Estado e outros entes públicos	15	97.430,77	87.971,20
Financiamentos obtidos	15	103.725,11	98.250,00
Outras contas a pagar	13	524.437,48	273.555,57
Diferimentos		6,00	12,00
		808.018,14	533.266,96
Total do Passivo		1.353.239,37	1.127.863,41
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		3.710.857,04	3.759.195,76



A Mesa Administrativa

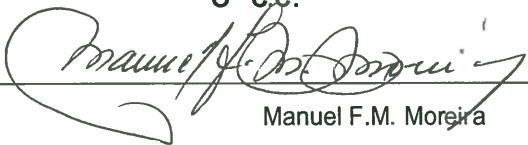


Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9, 15	691.139,92	738.379,10
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1.442.449,50	1.459.951,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-165.417,80	-167.463,95
Fornecimentos e serviços externos		-382.736,97	-363.393,98
Gastos com o pessoal	14	-2.138.422,23	-2.061.575,28
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-39.489,00	-16.230,60
Provisões (aumentos/reduções)	10	-59.825,00	-24.800,00
Outros rendimentos e ganhos	15	634.141,14	1.050.093,95
Outros gastos e perdas	15	-196.366,52	-10.805,07
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-214.526,96	604.155,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	-57.628,54	-82.628,23
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		-272.155,50	521.527,05
Juros e gastos similares suportados	15	-1.559,18	-4.096,55
Resultado antes de impostos		-273.714,68	517.430,50
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-273.714,68	517.430,50

O C.C.



Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa



Eleonora Gomes Augusto
Pereira

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MATOSINHOS
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2016

Unidade
Monetária:
EURO

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	57.379,22	275.475,52	1.796.864,68	-15.817,57	2.113.901,85	2.113.901,85
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no cap. Próp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período			-15.817,57	15.817,57	0,00	0,00
Resultado integral				517.430,50	517.430,50	517.430,50
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	57.379,22	275.475,52	1.781.047,11	533.248,07	2.631.332,35	2.631.332,35
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	57.379,22	275.475,52	1.781.047,11	517.430,50	2.113.901,85	2.631.332,35
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no cap. próp.	0,00	0,00	517.430,50	-517.430,50	0,00	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	-273.714,68	-273.714,68	-273.714,68
Resultado integral				-791.145,18	-273.714,68	-273.714,68
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	57.379,22	275.475,52	2.298.477,61	273.714,68	2.357.617,67	2.357.617,67

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes e utentes	714.281,70	658.963,68
Pagamentos a fornecedores	-536.784,03	-549.135,23
Pagamentos ao pessoal	-1.895.604,49	-2.169.536,09
Caixa gerada pelas operações	-1.718.106,82	-2.059.707,64
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	696,63	0,00
Outros recebimentos / pagamentos	1.873.090,43	2.090.733,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	155.680,24	31.026,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Ativos fixos tangíveis	-6.505,64	-970,47
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Ativos fixos tangíveis	8.015,45	411.538,00
Investimentos financeiros	-280,71	-952,64
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	2.140,43	0,00
Dividendos	29,33	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	3.398,86	409.614,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Financiamentos obtidos	-103.725,11	-101.883,50
Juros e gastos similares	-1.561,89	-4.097,85
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	-105.287,00	-105.981,35
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	53.792,10	334.659,87
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	487.981,52	153.321,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	541.773,62	487.981,52
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)	53.792,10	334.659,87

(a) Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
DOS FUNDOS CIRCULANTES
E
ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS
ANO DE 2016**

(a) Designação do organismo

Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos - 2016**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES****Consolidado**

1 - Aumento de existências	0.00	1 - Diminuição de existências	387.78
		32 Mercadorias	387.78
4 - Aumento das disponibilidades	154 028.30	4 - Diminuição das disponibilidades	100 236.20
12 Depósitos a ordem	154 028.30	11 Caixa	236.20
		13 Outros depósitos bancários	100 000.00
5 - Diminuição dos fundos circulantes	0.00	5 - Aumento dos fundos circulantes	53 404.32
	154 028.30		154 028.30

Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos - 2016

ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

Consolidado

ORIGEM DE FUNDOS

APLICAÇÃO DE FUNDOS

INTERNAS:		6 204.40
Resultados líquidos do exercício (positivo)	0.00	
Amortizações	0.00	
Variação de provisões	6 204.40	
EXTERNAS:		
Aumentos de capital próprios:		
Aumentos de reservas		517 430.50
56 Resultados transitados	517 430.50	
Movimentos financeiros a médio e longo prazo		1 427.11
Diminuição de investimentos financeiros	1 427.11	
41 Investimentos financeiros	1 427.11	
Diminuição das dívidas de terceiros a médio e longo prazo	0.00	
Aumento das dívidas a terceiros a médio e longo prazo	0.00	
Diminuições de imobilizações:		
Cessações de imobilizações (pelo valor contabilístico líquido)		52 550.01
41 Investimentos financeiros	1 427.11	
43 Activos fixos tangíveis	51 122.90	
Diminuição dos fundos circulares	0.00	
	517 430.50	

DISTRIBUIÇÕES:		0.00
Por aplicação de resultados	0.00	
Por aplicação de reservas	0.00	
Diminuição de capital próprio:		
Resultados líquidos (negativos)		0.00
Movimentos financeiros a médio e longo prazo		0.00
Aumento de investimentos financeiros		
Diminuição das dívidas a terceiros a médio e longo prazo		
Aumento das dívidas de terceiros a médio e longo prazo		
Aumentos de imobilizações:		0.00
Trabalhos para ela própria		
Aquisição de imobilizações		
Aumento dos fundos circulares		463 453.38
		517 430.50

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o período findo em 31 de dezembro de 2016

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM de Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de Dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro 2016, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

Importa apenas referir que, na sequência das alterações introduzidas pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, nos modelos de demonstrações financeiras, foram alteradas as denominações das seguintes rubricas: "clientes" para "créditos a receber", "outras contas a receber" para "outros ativos correntes" e "outras contas a pagar" para "outros passivos correntes".

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda, ou abate destes ativos, são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4-5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda, ou abate destes ativos, são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros, em Instituições associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos), são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade dos ativos não correntes (excepto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento, ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciables". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros, com empréstimos, são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial. Neste caso, são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

g) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade e reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo, relativa a comissões com a emissão de empréstimos, é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos e, subsequentemente, ao custo amortizado com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital, quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital, são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos, quando declaradas.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os

benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

k) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos, são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

l) Rédito

O rédito, proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando:

- (i) são transferidos para a comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição;
- (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 incluem, nomeadamente, o registo de provisões e perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica, na rubrica "Caixa e seus equivalentes", os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2016 e 31.12.2015, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa:		
Caixa sede	590,29	826.49
	590,29	826.49
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem	341.183,33	187.155,03
Depósito a prazo	200.000,00	300.000,00
	541.183,33	487.155,03
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	541.773,62	487.981,52

5. Ativos intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis – Outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis – Outros	Ano 2016		Ano 2015	
	Ativo bruto	Amort. e perdas por imparidade	Ativo bruto	Amort. e perdas por imparidade
Programas de computador	1.581,17	1.581,17	1.581,17	1.581,17
	1.581,17	1.581,17	1.581,17	1.581,17

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

Amortizações do exercício – Outros	Ano 2016	Ano 2015
Programas de computador	0,00	0,00
	0,00	0,00

e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2016 e em 2015 são os que se seguem:

	2016				TOTAL
	Projetos desenv.	Software	Propriedade industrial	Outros act. intangíveis	
ACTIVO BRUTO:					
Saldo em 1.1.2016	-	1.581,17	-	-	1.581,17
Adições	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	-	1.581,17	-	-	1.581,17
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 1.1.2016	-	1.581,17	-	-	1.581,17
Adições	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	-	1.581,17	-	-	1.581,17
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-

	2015				TOTAL
	Projetos desenv.	Software	Propriedade industrial	Outros act. intangíveis	
ACTIVO BRUTO:					
Saldo em 1.1.2015	-	1.581,17	-	-	1.581,17
Adições	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2015	-	1.581,17	-	-	1.581,17
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 1.1.2015	-	1.054,12	-	-	1.054,12
Adições	-	527,05	-	-	527,05
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2015	-	1.581,17	-	-	1.581,17
VALOR LÍQUIDO	-	0,00	-	-	0,00

6. Ativos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% – 2%
Equipamento básico	2 – 8	50% – 12,5%
Equipamento de transporte	4-5	25% - 20%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% – 10%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25%

d) e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2016							
	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros ativos fixos tang	Ativos fixos em curso	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 1.1.2016		3.914.998,59	529.494,68	82.007,45	197.256,85	133.025,41	187.254,89	5.044.037,87
Adições		0,00	4.682,35	0,00	643,29	1.180,00	0,00	6.505,64
Transf. e abates		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2016		3.914.998,59	534.177,03	82.007,45	197.900,14	134.205,41	187.254,89	5.050.543,51
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 1.1.2016		1.336.218,42	458.810,35	80.131,61	180.031,88	131.853,73	0,00	2.187.045,99
Adições		52.596,14	2.510,32	0,00	2.485,43	36,65	0,00	57.628,54
Transf e abates		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2016		1.388.814,56	461.320,67	80.131,61	182.517,31	131.890,38	0,00	2.244.674,53
		2.526.184,03	72.856,36	1.875,84	15.382,83	2.315,03	187.254,89	2.805.868,98

	2015							
	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros ativos fixos tang	Ativos fixos em curso	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 1.1.2015	0,0	3.914.998,59	529.494,68	82.007,45	196.286,38	133.025,41	187.254,89	5.043.067,40
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	970,47	0,00	0,00	970,47
Transf. e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2015	0,00	3.914.998,59	529.494,68	82.007,45	197.256,85	133.025,41	187.254,89	5.044.037,97
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 1.1.2015		1.270.614,71	448.967,91	80.131,61	172.886,45	131.817,08	0,00	2.104.417,76
Adições		65.603,71	10.208,62	0,00	6.779,25	0,00	0,00	82.628,23
Transfª e abates		0,00	-366,18	0,00	366,18	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2015		1.336.118,49	458.810,35	80.131,61	180.031,88	131.856,73	0,00	2.187.045,99
VALOR LÍQUIDO		2.578.780,17	70.684,33	1.875,84	17.224,97	1.171,68	187.254,89	2.856.991,88

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados	Depreciação reconhecida como parte de custo de outros ativos	TOTAL
Edifícios e outras construções	52.596,14	0,00	52.596,14
Equipamento básico	2.510,32	0,00	2.510,32
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	2.485,43	0,00	2.485,43
Outros ativos tangíveis	36,65	0,00	36,65
TOTAL	57.628,54	0,00	57.628,54

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	1.388.814,56	1.366.218,42
Equipamento básico	461.320,67	459.542,71
Equipamento de transporte	80.131,61	80.131,61
Equipamento administrativo	182.517,31	179.299,52
Outros ativos tangíveis	131.890,38	131.853,73
TOTAL	2.244.674,53	2.187.045,99

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contábilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

8. Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31.12.2016	31.12.2015
Mercadorias	24.241,73	24.629,51
Perdas de imparidade	0,00	0,00
TOTAL	24.241,73	24.629,51

Inventários	31.12.2016	31.12.2015
Cera e Artigos Religiosos	517,98	905,76
Livros e Publicações	23.723,75	23.723,75
Outros	0,00	0,00
TOTAL	24.241,73	24.629,51

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2016	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	24.629,51	0,00
Perdas por imparidade em existências	0,00	0,00
Compras	0,00	165.030,02
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	24.241,73	0,00
Gasto do período	387,78	165.030,02

2015	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	24.535,35	0,00
Perdas por imparidade em existências	0,00	0,00
Compras	180,36	167.377,75
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	24.629,51	0,00
Gasto do período	86,20	167.377,75

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os créditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos créditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- c) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- d) **Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.
- e) **Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2016	31.12.2015
Vendas de bens	512,90	1.058,90
Prestações de serviços	690.627,02	737.320,20
Juros	2.169,76	0,00
TOTAL	693.309,68	738.379,10

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Neste exercício ocorreram alguns casos litigiosos com pessoal dos nossos quadros, assim como com alguns planos de segurança e de alguns dos nossos estabelecimentos e ainda com o projecto da construção do Lar para a Terceira Idade, que nos levam à criação de provisões para os respectivos processos judiciais em curso, conforme passamos a indicar no quadro seguinte:

Descrição	Saldo Ano 2015	Aumentos	Diminuições	Saldo Ano 2016
Processos judiciais em curso:				
Pessoal	16.000,00	13.500,00	1.000,00	28.500,00
Segurança no Trabalho	8.800,00	1.200,00	-	10.000,00
Projeto construção "Lar 3ª Idade	0,00	46.125,00	-	46.125,00
Totais	24.800,00	60.825,00	1.000,00	84.625,00

Em 31 de Dezembro de 2016, não ocorreram outras situações que originassem o registo de provisões, nem a divulgação de passivos contingentes.

10.2 Passivos contingentes

Em 28 de dezembro de 2015, a SCM de Matosinhos recebeu um auto de advertência por parte da ACT relacionado com o cumprimento do acordo coletivo de trabalho. Na sequência da análise e avaliação das responsabilidades decorrentes deste processo, foram registados nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2016, acréscimos de gastos com pessoal de modo a incluir uma estimativa deste gasto (Nota 13.2).

11. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

11.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil

indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração), são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, excepto nos casos em que se destinem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2016, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração dos resultados
Segurança social	Relacionado com rendimentos	1.350.021,54
IEFP	Relacionado com rendimentos	2.456,64
Camara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	60.693,00
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	29.278,32
TOTAL		1.442.449,50

A 31 de Dezembro de 2015, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração dos resultados
Segurança social	Relacionado com rendimentos	1.346.406,51
IEFP	Relacionado com rendimentos	27.342,43
Camara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	60.099,00
Doações, donativos e heranças	Relacionado com rendimentos	26.103,17
TOTAL		1.459.951,11

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 11 de julho de 2017. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a euribor), ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo, ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade, são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

13.2 Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2016 Quantia Escriturada	2015 Quantia Escriturada
Clientes gerais	108.619,64	132.193,58
Clientes inquilinos	22.578,21	24.640,75
Clientes utentes	94.603,65	89.139,51
Perdas por imparidade	-71.376,38	-31.887,38
Clientes	154.425,12	214.086,46

	2016 Quantia Escriturada	2015 Quantia Escriturada
Pessoal	832,38	650,00
Acréscimos de rendimentos	166.088,87	159.042,78
Outras Contas a Receber	166.921,25	159.692,78
Diferimentos	10.176,57	6.947,61
TOTAL	331.522,94	380.726,85

No período findo em 31 de Dezembro de 2016 foi reforçada a imparidade dos saldos de clientes em 39.489,00€, após análise de alguns casos de dívidas em atraso.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2016 Quantia Escriturada	2015 Quantia Escriturada
Fornecedores	82.418,78	73.478,19
Acréscimos de gastos	523.918,16	273.039,84
Credores diversos	519,32	515,73
Outras contas a pagar	524.437,48	273.555,57
TOTAL	606.856,26	347.033,76

14. Benefícios dos empregados

14.1 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	1.761.198,61	1.699.263,15
Indemnizações	1.000,00	15.876,00
Encargos sobre remunerações	349.828,81	328.325,72
Seguros de acidentes de trabalho	21.536,84	12.979,98
Outros	4.857,97	5.130,43
TOTAL	2.138.422,23	2.061.575,28

15. Outras informações**15.1 Estados e outros entes públicos**

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	2016	2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	23.795,44	20.005,76
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	73.422,05	67.902,82
Outras tributações	196,40	62,62
	97.413,89	87.971,20

15.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2016 e 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

	2016	2015
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	691.139,92	738.379,10
Mercado externo	0,00	0,00
	691.139,92	738.379,10

	2016	2015
Vendas de subprodutos	512,90	1.058,90
Prestações de serviços:		
Matrículas e mensalidades Utilizadores	646.923,98	680.065,28
Outras quotas e joias	8.479,44	2.967,72
Outros	35.223,60	54.287,20
	690.627,02	737.320,20
	691.139,92	738.379,10

15.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	14.542,95	26.432,33
Serviços especializados: Conservação e reparação	64.692,55	45.512,84
Serviços especializados: Honorários	48.086,48	42.161,24
Serviços especializados: outros	42.194,29	40.741,84
Materiais	10.153,87	21.419,51
Energia e fluídos	124.601,07	114.071,79
Deslocações, estadas e transportes	1.308,18	1.737,34
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	27.685,28	1.003,15
Serviços diversos: Contencioso e notariado	12.401,00	2.736,29
Serviços diversos: Comunicação	12.379,70	11.375,30
Serviços diversos	24.691,60	56.202,35
	382.736,97	363.393,98

15.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Outros gastos e perdas		
Impostos	612,50	1.239,48
Gastos e perdas com investimentos financeiros	1.707,82	3.052,71
Quotizações	840,00	960,00
Custos com apoios financeiros concedidos	1.000,00	2.273,67
Correções relativas a períodos anteriores a)	192.117,44	3.271,69
Outros	86,05	7,52
	196.363,81	10.805,07

a)-Inclui 177.807,38€ referentes a retroativos do pessoal de 2011 a 2015.

15.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	1.000,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	362,57	148,31
Rendas e outros rendimentos em propriedade	601.753,82	610.971,89
Ganhos alienação ativos	0,00	411.538,00
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	19.439,44	11.855,46
Correções relativas a períodos anteriores	5.724,05	13.941,43
Juros obtidos	2.140,43	0,00
Outros	4.720,83	1.638,86
	635.141,14	1.050.093,95

15.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Financiamentos		
Barclays-Médio e Longo Prazo (12 anos)	496.094,01	573.359,39
Barclays-Médio e Longo Prazo (10 anos)	68.227,33	94.687,06
	564.321,34	769.929,95
Juros pagos		
Juros de financiamento	4.096,55	4.096,55
	4.096,55	4.096,55

15.7 Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 15.5, encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registro nº 2908).

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

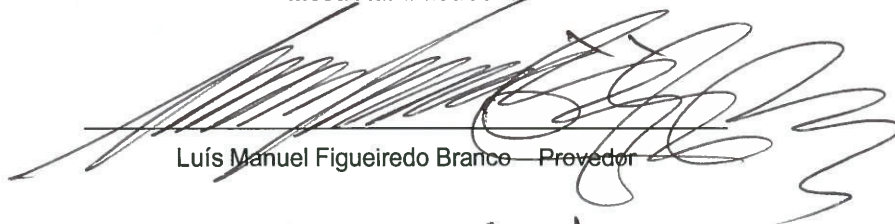
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

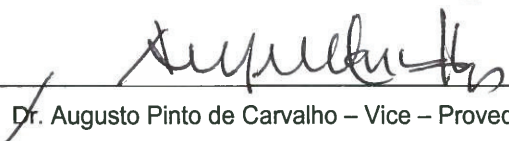
Matosinhos, 11 de julho de 2017

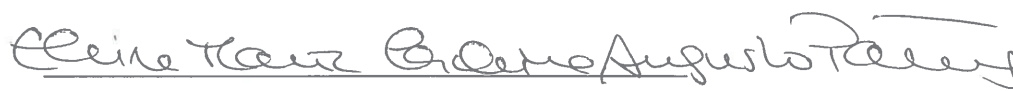
C. C.


Manuel Moreira

Mesa Administrativa


Luís Manuel Figueiredo Branco – Provedor


Dr. Augusto Pinto de Carvalho – Vice – Provedor


Dra. Elvira Maria Cordeiro Augusto Patrício – Tesoureira

RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTRO DE CUSTO - ANO 2016

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

C O N T A S		PARAÍSO			TOTAL
Nº	NOMES	C R E C H E	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
6	GASTOS E PERDAS				
61	Custos Mercadorias e Materias primas	19.333,06	25.712,95	3.286,61	48.332,62
612	Gêneros alimentícios	19.249,46	25.601,78	3.272,41	48.123,65
614	Medicamentos e artigos de saúde	83,60	111,17	14,20	208,97
62	Fornecimentos e serviços externos	14.973,09	19.965,08	2.241,92	37.180,09
621	Subcontratos	1.785,37	2.425,42	0,00	4.210,79
622	Serviços especializados	3.297,36	4.385,49	560,56	8.243,41
623	Materiais	74,11	98,56	12,60	185,27
624	Energia e fluidos	6.842,15	9.100,06	1.163,17	17.105,38
626	Serviços diversos	2.974,10	3.955,55	505,59	7.435,24
63	Gastos com o pessoal	232.660,60	334.732,69	39.552,32	606.945,61
632	Remunerações com o pessoal	194.164,18	278.920,36	33.007,92	506.092,46
635	Encargos sobre remunerações	38.496,42	55.812,33	6.544,40	100.853,15
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	939,07	1.248,97	159,64	2.347,68
642	De ativos fixos tangíveis	939,07	1.248,97	159,64	2.347,68
65	Imparidades	3.095,60	4.117,15	526,25	7.739,00
68	Outros gastos e perdas	4.101,60	99.343,50	697,27	104.142,37
6881	Outros	4.101,60	5.455,13	697,27	10.254,00
6881	Retroativos pessoal (2011 a 2015)	0,00	93.888,37	0,00	93.888,37
	Total de gastos e perdas	275.103,02	485.120,34	46.464,01	806.687,37
7	RENDIMENTOS				
72	Prestações de serviços	75.062,20	156.919,50	21.730,75	253.712,45
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	75.062,20	154.171,50	21.483,75	250.717,45
725	Serviços secundarios	0,00	2.748,00	247,00	2.995,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	122.370,40	250.470,04	13.706,16	386.546,60
751	Subsidios do estado e o.entes públicos	121.718,40	249.602,04	13.596,16	384.916,60
753	Donativos	652,00	868,00	110,00	1.630,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	27,90	0,00	27,90
	Total dos rendimentos e ganhos	197.432,60	407.417,44	35.436,91	640.286,95
	Resultado líquido	-77.670,42	-77.702,90	-11.027,10	-166.400,42

RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTRO DE CUSTO - ANO 2016
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

CONTAS		CENTRO INFANTIL			TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
6	GASTOS E PERDAS				
61	Custos Mercadorias e Materias primas	15.628,20	26.273,22	3.098,65	45.000,07
612	Mat.primas, subsidiárias e de consumo	15.628,20	26.246,38	3.098,65	44.973,23
614	Medicamentos e artigos d saúde	0,00	26,84	0,00	26,84
62	Fornecimentos e serviços externos	24.346,81	39.509,56	6.232,59	70.088,96
621	Subcontratos	1.159,18	1.968,10	208,48	3.335,76
622	Serviços especializados	11.777,09	18.030,00	4.083,83	33.890,92
623	Materiais	354,89	602,54	63,83	1.021,26
624	Energia e fluídos	8.047,41	13.775,20	1.335,39	23.158,00
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	26,20	0,00	26,20
626	Serviços diversos	3.008,24	5.107,52	541,06	8.656,82
63	Gastos com o pessoal	212.425,97	375.402,76	38.206,12	626.034,85
632	Remunerações com o poessoal	177.277,10	313.038,40	31.884,38	522.199,88
635	Encargos sobre remunerações	35.148,87	62.364,36	6.321,74	103.834,97
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.245,95	2.115,43	224,09	3.585,47
642	De ativos fixos tangíveis	1.245,95	2.115,43	224,09	3.585,47
65	Perdas por imparidade	2.671,00	4.534,95	480,40	7.686,35
6511	Cobranças duvidosas-Utentes	2.671,00	4.534,95	480,40	7.686,35
68	Outros gastos e perdas	0,00	55.448,67	0,00	55.448,67
6881	Exerc anteriores-Retroativos pessoal 2011/15	0,00	55.448,67	0,00	55.448,67
	Total de gastos e perdas	256.317,93	503.284,59	48.241,85	807.844,37
	RENDIMENTOS				
72	Prestações de serviços	72.263,10	138.842,11	35.277,45	246.382,66
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	72.263,10	136.630,11	35.277,45	244.170,66
725	Serviços secundários	0,00	2.212,00	0,00	2.212,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	121.718,40	254.610,24	20.851,20	398.228,34
751	Subsidios do estado e o.entes públicos	121.718,40	254.610,24	20.851,20	397.179,84
753	Donativos	0,00	1.048,50	0,00	1.048,50
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	103,24	0,00	103,24
782	Outros ganhos-descontos obtidos	0,00	103,24	0,00	103,24
	Total dos rendimentos e ganhos	193.981,50	393.555,59	56.128,65	644.714,24
	Resultado líquido	-62.336,43	-109.729,00	7.886,80	-163.130,13

RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTRO DE CUSTO - ANO 2016
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

C O N T A S		BIQUINHA		
Nº	NOMES	C R E C H E	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	16.427,89	20.078,54	36.506,43
612	Géneros alimentícios	16.427,89	20.078,54	36.506,43
614	Medicamentos e artigos de saúde	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	13.102,14	18.101,76	31.203,90
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00
622	Serviços especializados	978,15	1.195,51	2.173,66
623	Materiais	364,68	445,72	810,40
624	Energia e fluidos	9.279,69	13.240,76	22.520,45
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	0,00
626	Serviços diversos	2.479,62	3.219,77	5.699,39
63	Gastos com o pessoal	160.800,43	206.418,84	367.219,27
632	Remunerações com o pessoal	134.432,12	171.200,92	305.633,04
635	Encargos sobre remunerações	26.368,31	35.217,92	61.586,23
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	0,00	0,00
642	De ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00
65	Imparidades	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	30.702,82	30.702,82
6881	Retroativos pessoal - anos 2011/ a 2015	0,00	30.702,82	30.702,82
	Total de gastos e perdas	190.330,46	275.301,96	465.632,42
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	56.059,30	62.275,42	118.334,72
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	56.059,30	62.275,42	118.334,72
725	Serviços secundarios	0,00	0,00	0,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	118.288,80	147.910,10	266.198,90
7511	Subsidios estado e o.entes públicos S.Social	91.288,80	114.613,10	205.901,90
7513	Câmara Municipal Matosinhos	27.000,00	33.297,00	60.297,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	46,39	46,39
788	Outros ganhos	0,00	46,39	46,39
	Total dos rendimentos e ganhos	174.348,10	210.231,91	384.580,01
	Resultado líquido	-15.982,36	-65.070,05	-81.052,41

RESULTADOS POR VALÊNCIAS / CENTROS DE CUSTO - ANO 2016
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

CONTAS		INTERNATO	CENTRO DE DIA	CASA MORTUÁRIA
Nº	NOMES	P/JOVENS	3ª IDADE	
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	21.707,19	13.264,44	0,00
611	Gêneros alimentícios	20.368,89	13.233,61	0,00
614	Medicamentos e artigos de saúde	1.338,30	30,83	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	49.235,38	10.563,22	922,12
621	Subcontratos	1.092,00	558,00	0,00
622	Serviços especializados	5.537,17	2.608,68	122,26
623	Materiais	769,68	396,55	14,00
624	Energia e fluidos	26.550,24	5.549,68	704,82
625	Deslocações, estadas e transportes	973,58	0,00	0,00
626	Serviços diversos	14.312,71	1.450,31	81,04
63	Gastos com o pessoal	209.679,64	34.594,48	3.766,84
632	Remunerações com o pessoal	174.146,43	28.865,62	3.080,00
635	Encargos sobre remunerações	35.238,21	5.728,86	686,84
638	Outros gastos com o pessoal	295,00	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	446,45	1.026,49	93,00
642	De ativos fixos tangíveis	446,45	1.026,49	93,00
65	Perdas por imparidade	0,00	930,00	0,00
6511	Em dívidas a receber-Utentes	0,00	930,00	0,00
67	Provisões do período	600,00	600,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00
688	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00
	Total de gastos e perdas	281.668,66	60.978,63	4.781,96
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	118,60	33.758,15	3.300,00
721	Mensalidades e serviços	0,00	33.701,15	3.300,00
725	Serviços secundários	118,60	57,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	353.431,16	26.126,70	0,00
751	Subsídios do estado e o.entes públicos	336.396,00	26.023,20	0,00
753	Donativos e abonos	17.035,16	103,50	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	18,59	0,00
	Total dos rendimentos e ganhos	353.549,76	59.903,44	3.300,00
	Resultado líquido	71.881,10	-1.075,19	-1.481,96

RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO - ANO 2016
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

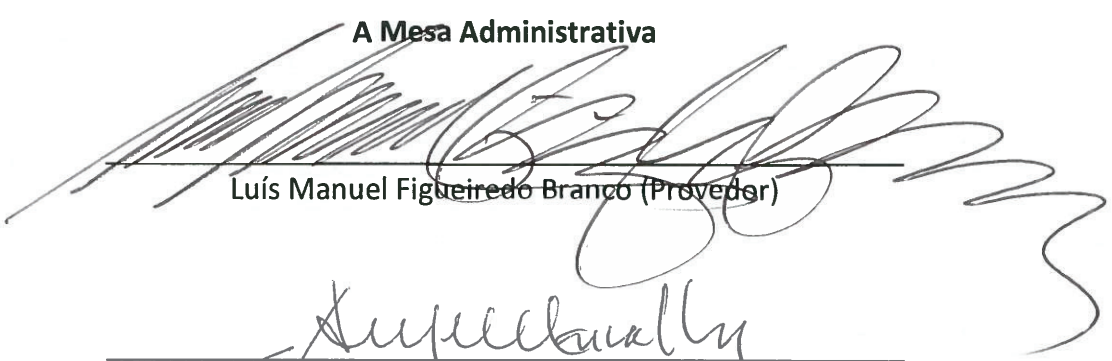
CONTAS		ESTÁGIOS	OBRAS E JARDINS	ADMINISTRAÇÃO E
Nº	NOMES	PROFISSIONAIS		PATRIMONIO
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	0,00	0,00	219,27
611	Mercadorias	0,00	0,00	219,27
62	Fornecimentos e serviços externos	0,00	6.335,83	109.467,60
622	Serviços especializados	0,00	2.852,56	62.846,35
623	Materiais	0,00	552,54	5.750,37
624	Energia e fluidos	0,00	2.544,36	7.591,07
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	33,00	275,40
626	Serviços diversos	0,00	353,37	33.004,41
63	Gastos com o pessoal	3.709,34	83.578,74	147.077,91
632	Remunerações com o pessoal	3.709,34	69.507,56	101.742,58
635	Encargos sobre remunerações	0,00	14.071,18	18.263,02
636	Seguros acidentes no trabalho	0,00	0,00	21.536,84
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	0,00	5.535,47
64	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	1.122,81	4.199,55
642	De ativos fixos tangíveis	0,00	1.122,81	4.199,55
65	Perdas por Imparidades	0,00	0,00	13.031,17
67	Provisões do Período	0,00	0,00	59.625,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	3.795,87
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	2,71
	Total de gastos e perdas	3.709,34	91.037,38	337.419,08
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	0,00	0,00	8.479,44
722	Quotizações e jóias	0,00	0,00	8.479,44
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.456,64	0,00	9.461,16
7512	Subsídios IEFP	2.456,64	0,00	0,00
7531	Donativos	0,00	0,00	9.461,16
76	Reversões	0,00	0,00	1.000,00
763	De provisões	0,00	0,00	1.000,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	557.182,93
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00	202,32
787	Rendimentos e ganhos em investimentos	0,00	0,00	547.114,54
788	Outros ganhos	0,00	0,00	9.866,07
79	Juros e Outros rendimentos similares	0,00	0,00	2.169,76
	Total dos rendimentos e ganhos	2.456,64	0,00	578.293,29
	Resultado líquido	-1.252,70	-91.037,38	240.874,21

RESULTADOS POR OUTRAS ATIVIDADES / CENTRO DE CUSTO - ANO 2016
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

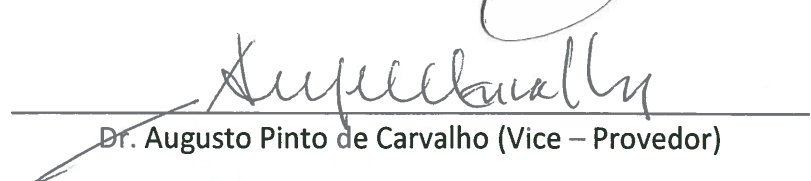
C O N T A S		UNIDADE DIAGNÓSTICO	C U L T O	M U S E U
Nº	NOMES			
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	0,00	387,78	0,00
611	Mercadorias	0,00	387,78	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	53.431,59	832,45	13.475,83
621	Subcontratos	5.346,40	0,00	0,00
622	Serviços especializados	23.341,61	0,00	13.356,70
623	Materiais	653,80	0,00	0,00
624	Energia e fluidos	18.877,07	0,00	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	0,00
626	Serviços diversos	5.212,71	832,45	119,13
63	Gastos com o pessoal	55.815,55	0,00	0,00
632	Remunerações com o pessoal	46.221,70	0,00	0,00
635	Encargos sobre remunerações	9.566,35	0,00	0,00
638	Outros gastos com o pessoal	27,50	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	43.508,75	0,00	1.298,34
642	De ativos fixos tangíveis	43.508,75	0,00	1.298,34
65	Imparidades de Clientes	10.102,48	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	2.274,08	0,00	0,00
681	Impostos	612,50	0,00	0,00
688	Outros gastos	1.661,58	0,00	0,00
69	Gastos e perdas de financiamento	1.559,18	0,00	0,00
	Total de gastos e perdas	166.691,63	1.220,23	14.774,17
7	RENDIMENTOS			
71	Vendas	0,00	512,90	0,00
711	Mercadorias	0,00	512,90	0,00
72	Prestações de serviços	26.541,00	0,00	0,00
725	Serviços secundários	26.541,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	74.592,33	0,00	0,00
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	38,42	0,00	0,00
787	Rendimentos e ganhos em investimentos	74.078,72	0,00	0,00
788	Outros ganhos	475,19	0,00	0,00
	Total dos rendimentos e ganhos	101.133,33	512,90	0,00
	Resultado líquido	-65.558,30	-707,33	-14.774,17

Aprovado pela Mesa Administrativa em reunião de 11/07/2017

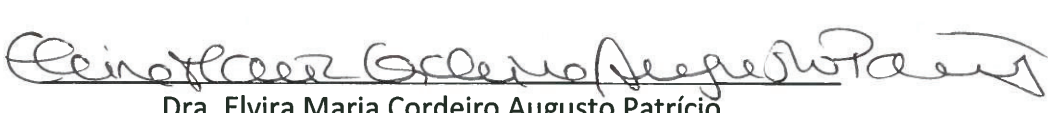
A Mesa Administrativa



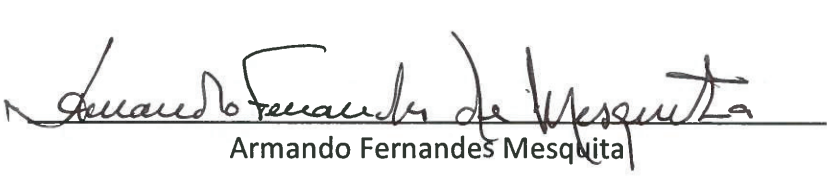
Luís Manuel Figueiredo Branco (Provedor)



Dr. Augusto Pinto de Carvalho (Vice – Provedor)



Dra. Elvira Maria Cordeiro Augusto Patrício



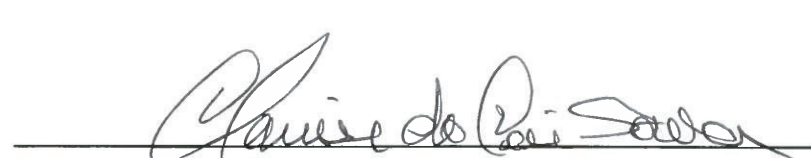
Armando Fernandes Mesquita



Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio



Alberto Pereira Morgado



Dra. Clarisse do Céu Sousa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.710.857 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.357.618 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 273.715 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Considerando que se encontra em curso por parte da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos a análise da rubrica de ativos fixos tangíveis com vista a efetuar a inventariação física daqueles bens bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos, não se encontram reunidas as condições que nos permitam aferir da razoabilidade do montante daquela rubrica incluída nas demonstrações financeiras. Acresce a esta análise a necessidade de identificação e avaliação da totalidade dos bens imóveis de modo a que seja possível efetuar o respetivo registo contabilístico de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015 foram por nós auditadas e continham uma reserva por limitação do âmbito relacionada com a necessidade de efetuar uma análise dos saldos em mora referente a dívidas de clientes e utentes. Durante o ano de 2016, a Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos procedeu a esta análise, tendo concluído pelo reforço da imparidade para dívidas de clientes em cerca de 39.489 euros, pelo que a referida reserva não é aplicável.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

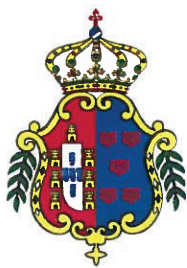
Atendendo a que a Entidade não apresentou, nas demonstrações financeiras anexas, o relatório de gestão, não nos é possível emitir uma opinião sobre o mesmo.

Porto, 21 de julho de 2017



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

PARECER DO DEFINITÓRIO CONTAS DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos trinta dias do mês de Maio de dois mil e dezassete, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Dr. José Carlos Monteiro, e do vogal, Prof. António Cunha e Silva, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas de dois mil e dezasseis, que mereceram o seguinte parecer:-----

Com as ressalvas referidas nas suas actas números seis e sete, o Definitório aprova as contas do ano de dois mil e dezasseis tal como lhe foram apresentadas, que se traduzem num prejuízo de duzentos e setenta e três mil, setecentos e catorze euros e sessenta e oito cêntimos. Não obstante, não deixa de sublinhar as omissões de alguns registos nas contas de dois mil e dezasseis e anos anteriores, e no seu efeito nos resultados. -----

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

José Carlos Monteiro

O Vogal

António Azevedo Cunha e Silva